



## Conselho Nacional de Justiça

Autos: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR - 0003341-63.2020.2.00.0000

Requerente: ROBERTO COELHO ROCHA

Requerido: DOUGLAS DE MELO MARTINS

### EMENTA

RATIFICAÇÃO DE LIMINAR. RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. ARTIGO 25, XI, DO RICNJ. MAGISTRADO QUE PARTICIPA DE “LIVES” NA INTERNET PROMOVIDAS POR POLÍTICOS E PRÉ-CANDIDATOS NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES. POSSIBILIDADE DE CONDOTA VIOLADORA DE DEVERES E VEDAÇÕES À MAGISTRATURA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DA CONDOTA. DETERMINAÇÃO QUE O JUIZ SE ABSTENHA DE PARTICIPAR DE DEBATES VIRTUAIS PÚBLICOS (“LIVES”) QUE POSSUAM CONOTAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA OU QUE POSSAM SER CONSIDERADOS COMO DE MILITÂNCIA POLÍTICA.

1. A participação do magistrado em debates ao vivo na internet (*lives*) promovidos por políticos e/ou pré-candidatos a eleição ou reeleição para discutir decisão judicial e temas de notório cunho político-partidário ou reveladores de atividade de militância política pode ensejar, em tese, conduta que viola deveres e vedações inerentes à magistratura.
  2. Possibilidade da reiteração da prática por parte do magistrado a qualquer tempo.
  3. Liminar concedida para determinar ao magistrado que se abstenha de participar de debates virtuais públicos (*lives*) que possuam conotação político-partidária ou que possam ser considerados como de militância política ou atividade político-partidária com ou sem a presença de políticos e/ou de pessoas que publicamente pleiteiam se eleger ou se reeleger nas eleições de 2020 nos termos do artigo 25, XI, do Regimento Interno do CNJ.
  4. O Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, em seu artigo 25, inciso XI, dispõe que as liminares concedidas devem ser submetidas ao referendo Plenário do CNJ.
- Liminar ratificada.

S31/Z07/S22

**ACORDAO**

Após o voto do Presidente Ministro Dias Toffoli (vistor), o Conselho, por maioria, ratificou a liminar, nos termos do voto do Relator. Vencidos os Conselheiros Ivana Farina Navarrete Pena, Luiz Fernando Tomasi Keppen, Tânia Reckziegel e Mário Guerreiro, que não ratificavam a liminar. Presidiu o julgamento o Ministro Dias Toffoli. Plenário, 29 de julho de 2020. Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Dias Toffoli, Humberto Martins, Emmanoel Pereira, Luiz Fernando Tomasi Keppen, Rubens Canuto, Tânia Regina Silva Reckziegel, Mário Guerreiro, Candice L. Galvão Jobim, Flávia Pessoa, Maria Cristiana Ziouva, Ivana Farina Navarrete Pena, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, André Godinho, Maria Tereza Uille Gomes e Henrique Ávila.

**Conselho Nacional de Justiça**

Autos: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR - 0003341-63.2020.2.00.0000

Requerente: ROBERTO COELHO ROCHA

Requerido: DOUGLAS DE MELO MARTINS

**RELATÓRIO****O EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS, CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA (Relator):**

Cuida-se de reclamação disciplinar formulada pelo Senador ROBERTO COELHO ROCHA em desfavor de DOUGLAS DE MELO MARTINS, Juiz de Direito titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís – MA.

O reclamante aduz que o reclamado *“vem se submetendo a superexposição midiática ao lado de políticos maranhenses, participando de diversos eventos promovidos por estes, já tendo atuado em diversas lives propiciadas e agendado a sua participação em outra que ainda vai ocorrer”* (Id. 3957767).

Relata que a indevida exposição da imagem do julgador nas redes sociais começou após proferir decisão na Ação Civil Pública n. 0813507-41.2020.8.10.0001, determinando o bloqueio total das atividades (*lockdown*) no Estado do Maranhão, com medidas específicas para os Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, como medida de manutenção da vida e da saúde.

Assim, afirma que o reclamado violou o disposto nos arts. 36, inciso III, da Lei Complementar de n. 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), 1º, 2º, 7º, 15 e 16 do Código de Ética da Magistratura Nacional, 3º, inciso II, alíneas “b” e “e”, e 4º, inciso I, da Resolução de n. 305, de 17/12/2019, do Conselho Nacional de Justiça.

Requeru a concessão de liminar para obstar a conduta do reclamado relativa à abordagem e difusão da referida decisão e, no mérito, a instauração de processo administrativo disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis.

Em 5/5/2020, a Corregedoria Nacional de Justiça intimou o reclamante para regularização da documentação apresentada com a petição inicial. No mesmo ato, foram solicitadas informações à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão (Id. 3958734).

Em 6/5/2020, o reclamante apresentou a documentação complementar solicitada (Id. 3964185).

Em 13/5/2020, a Corregedoria Nacional de Justiça proferiu decisão com o seguinte dispositivo:

***“[...] determino em caráter liminar, que o Juiz Douglas de Melo Martins se abstenha de participar de debates virtuais públicos (“lives”) que possuam conotação político-partidária ou que possam ser considerados como de militância política ou atividade político-partidária com ou sem a presença de políticos maranhenses e/ou de pessoas que publicamente pleiteiam se eleger ou se reeleger nas eleições de 2020 nos termos do artigo 25, XI, do Regimento Interno do CNJ;”***

Em 13/5/2020, foi expedida a Carta de Ordem para intimação do Juiz Douglas de Melo Martins para apresentação de defesa prévia.

Os autos retornaram conclusos para submissão da liminar concedida ao referendo do Plenário do CNJ nos termos do artigo 25, inciso XI do RICNJ.

É, no essencial, o relatório.

S31/Z07/S22



## Conselho Nacional de Justiça

Autos: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR - 0003341-63.2020.2.00.0000

Requerente: ROBERTO COELHO ROCHA

Requerido: DOUGLAS DE MELO MARTINS

### VOTO

**O EXMO. SR. MINISTRO HUMBERTO MARTINS, CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA (Relator):**

O Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, em seu artigo 25, inciso XI, dispõe que as liminares concedidas devem ser submetidas ao referendo do Plenário do CNJ. Vejamos:

***“Art. 25. São atribuições do Relator:***

***[...]***

*XI - deferir medidas urgentes e acauteladoras, motivadamente, quando haja fundado receio de prejuízo, dano irreparável ou risco de perecimento do direito invocado, **determinando a inclusão em pauta, na sessão seguinte, para submissão ao referendo do Plenário***”.

Atento ao comando regimental, submeto à ratificação do Plenário a liminar concedida na presente reclamação disciplinar, a qual foi proferida com os seguintes fundamentos e dispositivo:

## **"DECISÃO**

[...]

A questão posta nos autos pressupõe uma análise cuidadosa e técnica por parte da Corregedoria Nacional de Justiça para avaliar se a reiterada participação do Juiz Douglas de Melo Martins em programações ao vivo em canais eletrônicos na internet, popularmente conhecidas como “*lives*”, podem, de alguma forma, estar em desacordo com comandos e vedações direcionadas a membros do Poder Judiciário contidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN), no Código de Ética da Magistratura, na Resolução n. 305 do CNJ e no Provimento n. 71/2018.

Na hipótese, o que se extrai dos autos é que o Juiz Douglas de Melo Martins, após exarar decisão determinando o bloqueio total das atividades (*lockdown*) no Estado do Maranhão, foi convidado e passou a participar de uma série de “*lives*” na internet para discutir e comentar o tema objeto da decisão judicial. Os referidos debates foram promovidos e contaram com a coparticipação de políticos maranhenses com mandatos em curso e/ou pessoas que publicamente pleiteiam se eleger ou se reeleger nas eleições de 2020.

No pôster virtual de divulgação da *live* ocorrida no dia 1º de maio de 2020, consta a foto do Juiz Douglas Martins ao lado da foto de um deputado estadual seguido da frase “Live. Tudo sobre a decisão judicial que determina o *Lockdown* na Ilha de São Luís”. O debate foi promovido e divulgado nas redes sociais do referido deputado com a seguinte postagem: “Logo mais, farei uma *live* com o Dr. Douglas Martins, juiz responsável pela decisão liminar que determinou o #lockdown em São Luís, Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar” (Id. 3957773).

No pôster virtual de divulgação da *live* ocorrida também no dia 1º de maio de 2020, consta a foto do Juiz Douglas Martins ao lado da foto de um vereador e a frase “Live. Tema: *Lockdown*”. O debate foi promovido e transmitido na rede social “Instagram” do referido político e pré-candidato à reeleição (Id. 3957773).

No pôster virtual de divulgação da *live* ocorrida no dia 2 de maio de 2020, consta a foto do Juiz Douglas Martins ao lado da foto de um deputado estadual e do Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, seguido

da frase “Live. *Lockdown* Ilha de São Luís”. O debate foi promovido e transmitido na rede social Facebook de um dos deputados participantes (Id. 3957774).

Observa-se que, em todos os fôlderes eletrônicos de divulgação das *lives*, consta o logotipo característico do parlamentar ou do pré-candidato que promoveu e coparticipou do encontro virtual (com símbolos e cores de partidos políticos), vinculando essa atividade virtual à militância política ou à atividade político-partidária.

Pois bem. A Constituição Federal, em seu art. 95, parágrafo único, inciso III, veda que magistrados se dediquem à atividade político-partidária.

A Resolução n. 305 do CNJ dispõe, em seu artigo 3º, II, “b” e “e”, que o magistrado, no uso das redes sociais, deve “*evitar manifestações que busquem autopromoção ou superexposição*” e ainda “*deve evitar expressar opiniões ou aconselhamento em temas jurídicos concretos ou abstratos que, mesmo eventualmente, possam ser de sua atribuição ou competência jurisdicional, ressalvadas manifestações em obras técnicas ou no exercício do magistério*”.

O artigo 4º, I e II, da mesma resolução dispõe que “*é vedado ao magistrado manifestar opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem [...]*” e ainda “*é vedado emitir opinião que demonstre atuação em atividade político-partidária ou manifestar-se em apoio ou crítica públicos a candidato, lideranças políticas ou partidos políticos*”.

O artigo 36, III, da LOMAN dispõe que é vedado ao magistrado “*manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério*”.

O Código de Ética da Magistratura dispõe, em seu artigo 13, que “*o magistrado deve evitar comportamentos que impliquem a busca injustificada e desmesurada por reconhecimento social, mormente a autopromoção em publicação de qualquer natureza*”.

O magistrado, por estar investido de jurisdição e possuir o mister precípua de julgar, tem o dever de resguardar sua imparcialidade, sua impessoalidade e preservar para que suas decisões judiciais, sua imagem e a própria imagem do Poder Judiciário como um todo não sejam atreladas a interesses político-partidários de qualquer natureza.

Na hipótese, entendo que a participação do Juiz Douglas de Melo Martins em debates ao vivo (*lives*) promovidos por políticos do Estado do Maranhão pré-candidatos a eleição ou reeleição para discutir decisão judicial e temas de notório cunho político-partidário ou reveladores de atividade de militância política pode ensejar, em tese, conduta que viole deveres e vedações inerentes à magistratura.

Assim, tendo em vista os argumentos acima dispostos e considerando a patente possibilidade da reiteração da prática por parte do magistrado a qualquer tempo, entendo razoável e necessário, amparado pelo artigo 25, XI, e artigo 99 do Regimento Interno do CNJ, determinar, em caráter liminar, que o Juiz Douglas de Melo Martins se abstenha de participar de debates virtuais públicos (“lives”) que possuam conotação político-partidária ou que possam ser considerados como de militância política ou atividade político-partidária com ou sem a presença de políticos maranhenses e/ou de pessoas que publicamente pleiteiam se eleger ou se reeleger nas eleições de 2020.

[...]

Ante o exposto, determino, **em caráter liminar, que o Juiz Douglas de Melo Martins se abstenha de participar de debates virtuais públicos (“lives”) que possuam conotação político-partidária ou que possam ser considerados como de militância política ou atividade político-partidária com ou sem a presença de políticos maranhenses e/ou de pessoas que publicamente pleiteiam se eleger ou se reeleger nas eleições de 2020 nos termos do artigo 25, XI, do Regimento Interno do CNJ [...]**”.

Tanto a necessidade da medida liminar como os requisitos da cautela de urgência permanecem presentes no caso, motivo pelo qual julgo imprescindível a manutenção dos termos da decisão proferida.

Ante o exposto, voto pela ratificação da liminar concedida na presente reclamação disciplinar, nos termos do artigo 25, XI, do Regimento Interno do CNJ.

É como penso. É como voto.

S31 /Z07/S22

## VOTO-VISTA CONVERGENTE

### O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI, PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

Louvo o voto do eminente Conselheiro Relator, Ministro **Humberto Martins**, cuja densa fundamentação encampo, para ratificar integralmente a liminar, em boa hora, concedida por Sua Excelência.

Transcrevo a ementa de seu respeitável voto:

“RATIFICAÇÃO DE LIMINAR. RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. ARTIGO 25, XI, DO RICNJ. MAGISTRADO QUE PARTICIPA DE “LIVES” NA INTERNET PROMOVIDAS POR POLÍTICOS E PRÉ-CANDIDATOS NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES. POSSIBILIDADE DE CONDUTA VIOLADORA DE DEVERES E VEDAÇÕES À MAGISTRATURA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DA CONDUTA. DETERMINAÇÃO QUE O JUIZ SE ABSTENHA DE PARTICIPAR DE DEBATES VIRTUAIS PÚBLICOS (“LIVES”) QUE POSSUAM CONOTAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA OU QUE POSSAM SER CONSIDERADOS COMO DE MILITÂNCIA POLÍTICA.

1. A participação do magistrado em debates ao vivo na internet (lives) promovidos por políticos e/ou pré-candidatos a eleição ou reeleição para discutir decisão judicial e temas de notório cunho político-partidário ou reveladores de atividade de militância política pode ensejar, em tese, conduta que viola deveres e vedações inerentes à magistratura.
2. Possibilidade da reiteração da prática por parte do magistrado a qualquer tempo.
3. Liminar concedida para determinar ao magistrado que se abstenha de participar de debates virtuais públicos (lives) que possuam conotação político-partidária ou que possam ser considerados como de militância política ou atividade político-partidária com ou sem a presença de políticos e/ou de pessoas que publicamente pleiteiam se eleger ou se reeleger nas eleições de 2020 nos termos do artigo 25, XI, do Regimento Interno do CNJ.
4. O Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, em seu artigo 25, inciso XI, dispõe que as liminares concedidas devem ser submetidas ao referendo Plenário do CNJ.

Liminar ratificada.”





Antes do fenômeno das mídias sociais, a Corte Constitucional italiana, na sentença nº 100, de 8 de junho de 1981, ressaltou que, mesmo para os cidadãos em geral, a liberdade de expressão não é ilimitada. Acrescentou que, embora também gozem dessa mesma liberdade de expressão, os magistrados, por determinação constitucional, devem ser imparciais e independentes, **valores a serem preservados não somente com referência ao concreto exercício da função jurisdicional, mas também como regra deontológica a ser observada em todos os seus comportamentos**, de modo a evitar que sua imparcialidade e independência, que se destinam a tutelar a credibilidade que um juiz deve gozar no seio social, sejam colocadas em dúvida. Para a Corte Constitucional italiana, o adequado sopesamento da liberdade de expressão e da dignidade da função jurisdicional **não suprime o direito do magistrado de expressar suas opiniões, mas lhe veda o seu exercício anômalo, isto é, o abuso, o qual se verifica na hipótese de violação de outros valores constitucionais que se contraponham a esse direito individual.**[3]

Como tenho enfatizado, **o juiz, definitivamente, não tem a mesma liberdade de expressão que os demais cidadãos**, os quais não estão sujeitos ao regime jurídico da Magistratura, que visa, exatamente, preservar-lhe a independência e a imparcialidade.

Quem o diz, em **primeiro lugar**, é a **Constituição Federal**, quando estabelece que ao juiz é vedado “dedicar-se à atividade político-partidária” (art. 95, parágrafo único, inciso III).

A propósito, **Mário Guimarães**, Ministro de ontem e de sempre do Supremo Tribunal Federal, ao comentar idêntica previsão do art. 96, III, da Constituição de 1946, asseverou que a vedação em questão

“[n]ão impede, certamente, ao magistrado ter opinião política. Natural é que a tenha quem está, como todo cidadão. O que a Constituição condena é a palavra ou a ação a favor de candidatos ou partidos.

**Incidirá, porém, na proibição, o juiz, ainda que não arregimentado em partidos, desde que manifeste, publicamente, as suas simpatias políticas, pois que, pelo prestígio decorrente de suas funções de magistrado, a revelação de seus pendores poderá ser bastante, por si só, para aliciar prosélitos entre os seus jurisdicionados. E isso caracterizará atividade política.**

**A proibição legal, que é de ordem pública, há de ser interpretada com eficiência, a fim de que reprima todo ato que possa, ao de leve, quebrar a linha de neutralidade, obrigatória para o juiz**”.[4]

(file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20%20-%20participac%CC%A7a%CC%83o%20de%20juiz%20em%

Quem o diz ainda é a **lei**, ao vedar ao juiz “*manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério*” (LC 35/79, art. 36, III).

Por sua vez, os Princípios de Bangalore de Conduta Judicial definem padrões para a conduta judicial ética e **estabelecem os valores que os juízes devem defender**, dentre eles, a independência, a imparcialidade e a integridade.

Conforme destacado nos seus *consideranda*, “**a confiança do público no sistema judicial, na autoridade moral e na integridade do Judiciário é de suma importância em uma sociedade democrática moderna**”, de modo que é “**essencial que juízes, individual e coletivamente, respeitem e honrem o cargo com uma confiança pública e esforcem-se em realçar e manter a confiança no sistema judicial**”.[5]



entre todos os grupos de relacionamento: seja com colegas, servidores da sua unidade judiciária ou pessoas da sua família. Logo, se juiz é juiz 24 horas por dia, 7 dias por semana, é importante lembrar que nas mídias digitais também são vistos como o que de fato são: membros de um poder constituído. Portanto, as plataformas podem ser ótimos veículos para compartilhamento de boas práticas, opiniões assertivas e dados deste poder. Porém, por outro lado, podem manchar uma imagem já consolidada em decorrência do compartilhamento de determinada posição.

O fim dos limites estritos entre a vida pública e privada da era digital faz com que a conduta de um magistrado se associe, ainda que de forma indireta, ao Poder Judiciário. Magistrados não se despem da autoridade do cargo que ocupam, ainda que longe do exercício da função. Quando um juiz se manifesta, acima de 'Joãos', 'Marias' ou 'Josés' estão membros do Poder Judiciário falando e moldando a percepção que se tem do órgão que integram. Dessa forma, a defesa de um espaço amplo para essas manifestações em redes sociais é potencialmente lesiva a independência e imparcialidade do Judiciário.

Em um cenário político polarizado como o atual, a admissão de uma irrestrita e incondicionada liberdade comunicativa aos magistrados, tal como pretendido pelos impetrantes, incentiva a desestabilização institucional do país. Mais do que isso, inserem o Poder Judiciário nas disputas e lutas da sociedade e o distanciam de sua missão de resguardar a ordem constitucional e pacificar com isenção os conflitos que lhe são submetidos. Na moderna interpretação jurídica, não é possível sustentar a existência de norma sem interação entre texto e realidade. O resultado do processo interpretativo e seu impacto sobre a realidade não podem ser desconsiderados: é preciso saber se o produto da incidência da norma sobre o fato realiza a Constituição. A constatação de que a liberdade irrestrita de manifestação em redes sociais

fomenta o cenário de divisão e conflito confirma a adequação da interpretação da Corregedoria Nacional de Justiça sobre manifestações político-partidárias em ambiente digital”.

O regime jurídico da Magistratura visa, exatamente, preservar a independência, a imparcialidade e a dignidade do Poder Judiciário

A imparcialidade, segundo **Elio Fazzalari**, é o eixo da justiça há pelo menos 2.500 anos, “se o olhar não puder ir mais longe”. [6] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20%20-%20participac%C3%A7%C3%A3o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%:

Ao reservar para si o exercício da jurisdição, suplantando o regime de autotutela, o Estado tem o dever de agir com imparcialidade na solução das causas que lhe são submetidas. O caráter de imparcialidade, portanto, “*é inseparável do órgão da jurisdição. O juiz coloca-se entre as partes e acima delas: esta é a primeira condição para que possa exercer sua função dentro do*

*processo*”. [7] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20%20-%20participac%C3%A7%C3%A3o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%:

**O juiz, de acordo com a Teoria da Aparência da Justiça, deve ser imparcial e assim precisa ser visto pela sociedade.**

A propósito, como aduz **Julio Bastos Juan Maier**, não se compreende a palavra “juiz”, ao menos no sentido moderno da expressão, sem o qualificativo de ‘imparcial’, o qual integra hoje, do ponto de vista material, o próprio conceito de ‘juiz’. Tanto isso é verdade, prossegue o referido autor, que as principais convenções internacionais sobre direitos humanos o exigem, ao conceder ao imputado o direito a um julgamento justo, perante um tribunal *imparcial* (Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. 10; Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, art. 14, nº 1; Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 8º, nº 1; Convenção Europeia dos Direitos do Homem, art. 6º, nº 1). [8] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20%20-%20participac%C3%A7%C3%A3o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%:

No famoso caso Piersack v. Bélgica, julgado em 1º/10/82, a Corte Europeia de Direitos Humanos, estabeleceu sua famosa distinção entre imparcialidade *objetiva* e *subjetiva*, assentando que, se a imparcialidade se define ordinariamente pela ausência de pré-juízos ou parcialidades, caberia distinguir entre uma dimensão subjetiva, que busca determinar a convicção pessoal de um determinado juiz em um determinado caso, e uma dimensão objetiva, que é determinar se ele **oferece garantias suficientes para excluir qualquer dúvida legítima a esse respeito**.<sup>[9]</sup> (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20%20-%20participac%C3%A7%C3%A3o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%20

O eminente Corregedor Nacional de Justiça, no dispositivo de seu substancioso voto, determina que o requerido, o juiz de Direito Douglas de Melo Martins,

*“(...) se abstenha de participar de debates virtuais públicos (“lives”) que possuam conotação político-partidária ou que possam ser considerados como de militância política ou atividade político-partidária com ou sem a presença de políticos maranhenses e/ou de pessoas que publicamente pleiteiam se eleger ou se reeleger nas eleições de 2020.”*

Rogando as mais respeitosas vênias a quem comungue de pensamento divergente, a **conformidade dessa determinação com o regime jurídico da Magistratura Nacional**, a meu sentir, **é de uma clareza solar**.

É tolerável, por acaso, a participação de magistrado em *lives* que, aos olhos da sociedade, se revistam de conotação político-partidária ou que possam ser consideradas exercício de militância política ou de atividade político-partidária?

Por sua vez, ante a própria extensão da liminar concedida, **de efeitos prospectivos**, não há que se falar em perda de objeto do presente procedimento.

O Conselho Nacional de Justiça tem o dever zelar pelo prestígio da Magistratura Nacional e não pode fechar os olhos a aparições públicas de magistrados que transmitam à sociedade a impressão de se revestirem de

caráter político-partidário e, por via de consequência, de comprometimento da imparcialidade judicial.

Como bem salienta **Pier Paolo Rivello**,

*“a imparcialidade do juiz não pode, em verdade, ser compreendida apenas como um estado interior, espiritual, que inspire o trabalho, mas deve ser exteriorizada de tal modo que também a coletividade possa objetivamente percebê-la; o juiz, em suma, não deve apenas ser imparcial, mas deve também aparecer como tal aos olhos da sociedade.”*<sup>[10]</sup>

(file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/RD%2063%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20-%20participac%C3%A7%C3%A3o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%20Capez

Com essas considerações, **adiro** às judiciosas ponderações do eminente Corregedor Nacional da Justiça, **Ministro Humberto Martins**, e **ratifico a liminar** concedida por Sua Excelência.

É como voto.

---

[1] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/RD%203341-63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20-%20participac%C3%A7%C3%A3o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%20Capez.docx#\_ftnref1) DESCARTES, René. *Discurso sobre o método*. Trad. Paulo M. de Oliveira. Bauru : Edipro, 1996, p. 13.

[2] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/RD%203341-63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20-%20participac%C3%A7%C3%A3o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%20Capez.docx#\_ftnref2) FANTACCHIOTTI, Mario; FRESA, Mario; TENORE, Vito; VITELLO, Salvatore. *La responsabilità disciplinare nelle carriere magistratuali*. Milano : Giuffrè, 2010, pp. 222-223.

[3] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/RD%203341-63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20-%20participac%C3%A7%C3%A3o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%20Capez.docx#\_ftnref3) A sentença n. 100/1981 da Corte Constitucional italiana está disponível em <http://www.giurcost.org/decisioni/1981/0100s-81.html> (<http://www.giurcost.org/decisioni/1981/0100s-81.html>).

[4] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/RD%203341-63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20-%20participac%C3%A7%C3%A3o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%20Capez.docx#\_ftnref4) GUIMARÃES, Mário. *O juiz e a função jurisdicional*. 1ª ed. Forense : Rio de Janeiro, 1958, p. 206.

[5] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/RD%203341-63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20%20-%20participac%CC%A7a%CC%83o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%20Capez.docx#\_ftnref5) Sobre comentários aos Princípios de Bangalore, vide [https://www.unodc.org/ji/resdb/data/2007/\\_220\\_/commentary\\_on\\_the\\_bangalore\\_principles\\_of\\_judicial\\_coling=en](https://www.unodc.org/ji/resdb/data/2007/_220_/commentary_on_the_bangalore_principles_of_judicial_coling=en) ([https://www.unodc.org/ji/resdb/data/2007/\\_220\\_/commentary\\_on\\_the\\_bangalore\\_principles\\_of\\_judicial\\_coling=en](https://www.unodc.org/ji/resdb/data/2007/_220_/commentary_on_the_bangalore_principles_of_judicial_coling=en)).

[6] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/RD%203341-63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20%20-%20participac%CC%A7a%CC%83o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%20Capez.docx#\_ftnref6) FAZZALARI, Elio. *L'imparzialità del giudice*. In: Rivista di diritto processuale, Padova : CEDAM, 1972, p. 200.

[7] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/RD%203341-63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20%20-%20participac%CC%A7a%CC%83o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%20Capez.docx#\_ftnref7) GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antônio Carlos Araújo. *Teoria Geral do Processo*. 26ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 58.

[8] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/RD%203341-63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20%20-%20participac%CC%A7a%CC%83o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%20Capez.docx#\_ftnref8) MAIER, Julio Bustos Juan. *Derecho Procesal Penal: fundamentos*. 2ª ed. Buenos Aires : Editora Del Puerto, 2004, 3ª reimpressão, p. 739, Tomo I.

[9] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/RD%203341-63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20%20-%20participac%CC%A7a%CC%83o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%20Capez.docx#\_ftnref9) Confira-se o caso Piersack v. Belgica em [https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22itemid%22:\[%22001-57557%22\]}](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22itemid%22:[%22001-57557%22]}) ([https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22itemid%22:\[%22001-57557%22\]}](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{%22itemid%22:[%22001-57557%22]})), acesso em 29/7/19.

[10] (file:///C:/Users/aderruan.tavares/Google%20Drive/DECIS%C3%95ES/VOTOS/RD%203341-63%20-%20VOTO%20CONVERGENTE%20%20-%20participac%CC%A7a%CC%83o%20de%20juiz%20em%20lives\_Rodrigo%20Capez.docx#\_ftnref10) RIVELLO, Pier Paolo. *L'incompatibilità del giudice penale*. Milano : Giuffrè, 1996, pp. 17-20.

## VOTO DIVERGENTE

Adoto o relatório lançado nos autos pelo e. Corregedor Nacional de Justiça. Todavia, do mesmo divirjo.

O requerente pede a intervenção deste Conselho e traz um objeto bem delimitado no pedido, qual seja, que a liminar viesse para que o magistrado requerido deixasse de participar de *lives* com a conotação por ele indicada como político-partidária – o que é vedado, como muito bem explicitado pelo Conselheiro Relator.

Ocorre que o pedido primeiro se refere à conduta do referido juiz tomada “*em virtude da decisão pelo mesmo proferida*”, em ação civil pública.

Assim, quando o CNJ foi provocado, o foi em razão de o magistrado requerido haver imposto, por decisão judicial, medida de *lockdown* em São Luís, no Maranhão, e, nessa circunstância, teria participado de debates virtuais, em que se tratava do objeto da decisão. Tais fatos aconteceram no mês de maio.



Ocorre que esse primeiro objeto – a decisão ser o tema dos debates – já não mais subsiste, pois o mandamento judicial foi cumprido pelo governo local e o *lockdown* já não mais prevalece, o que revela que o contexto atual não tem mais a delimitação inaugural.

Suscito a questão, pois, considerando que a liminar fora lançada no momento inicial – embora o pedido tivesse sido feito com direcionamento para aquele *lockdown* determinado judicialmente pela decisão do magistrado requerido – e fora concedida com caráter mais amplo, para que a autoridade reclamada se abstivesse de participar de debates virtuais com aquela conotação, quer seja em respeito à Loman, seja em respeito ao Código de Ética, seja em atenção à Resolução recentemente editada por este Conselho, sobre participação de magistrados em redes sociais.

Como aquela primeira circunstância não mais prevalece e as *lives* a que se referiu o pleito da inicial não ocorreram, afigura-se operada a perda do objeto, como delimitado. Registre-se que o caráter dos regramentos, cuja observância foi imposta ao requerido pela liminar sob ratificação é amplo, de aplicação ao magistrado e a toda a magistratura. Aquele cenário específico, de não se manifestar o reclamado sobre a decisão que proferira, não mais persiste. Nesse sentido, entendo configurada a perda daquele objeto primeiro, trazido ao CNJ pelo requerente. Daí que deve a reclamação disciplinar persistir, para análise de eventual conduta faltosa por parte do requerido referente à participação nos debates, deixando o Plenário, porém, de ratificar a liminar em tela, já que a motivação original não mais subsiste.

Assim, voto pela não ratificação da liminar, ante a perda de objeto desta, e pelo prosseguimento do trâmite da reclamação disciplinar.

Conselheira Ivana Farina Navarrete Pena

Assinado eletronicamente por: HUMBERTO EUSTAQUIO SOARES MARTINS

24/08/2020 18:08:02

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 4096153



200824180802233000000037032

IMPRIMIR

GERAR PDF